

CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA EPP

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

art. 22, inc. II, alínea "h" da Lei 11.101/2005



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	5
3.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES	13
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	15
5. CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	17
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	19
7. GLOSSÁRIO	21



Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Cascavel – Estado do Paraná.

Dra. Samantha Barzotto Dalmina


Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h” da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos de Recuperação Judicial.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados, as disposições do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados nos autos recuperacionais estão disponíveis para consulta no Processo nº 0037411-27.2022.8.16.0021 e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 03 de março de 2023.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319

SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
Síntese do PRJ	O PRJ foi apresentado tempestivamente pela empresa Recuperanda no dia 17 de fevereiro de 2023, ao mov. 178.2, com os respectivos anexos, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais e novação dos créditos.
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua cláusula 6.2, estabelecendo carência a para início dos pagamentos, e outras formas de renegociação da dívida.
Alienação de Ativos	O PRJ estabelece em sua cláusula de número 6 a possibilidade de a Recuperanda alienar de bens de seu ativo imobilizado, condicionada a aprovação do PRJ sede de AGC, não especificando toda via a destinação do produto destas alienações.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Após análise do PRJ apresentado pela Recuperanda, foi identificado por esta Administradora Judicial três cláusulas parcialmente ilegais, quais sejam, "6.2.2, VI, 6.2.3, VI e 6.3.3.2 VI-Garantias".
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.



2

SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Laudo Econômico-Financeiro foi apresentado no dia 17 de fevereiro de 2022, anexo ao PRJ, e possuía a especial finalidade de explanação quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial apresentado, no que tange a geração de caixa, medidas adotadas para superação das dificuldades financeiras.

O referido laudo é composto pelo introito, contendo o histórico da Recuperanda até os dias atuais, razões da crise financeira, a reestruturação econômica e financeira através do plano de recuperação judicial, as bases de informações utilizadas para elaboração do PRJ, seguida por fim da conclusão.

2.2.1 LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Analisando o Resumo do Laudo Econômico-Financeiro, verificamos que a Recuperanda adotou o modelo de **DRE – Demonstração de Resultados** para apresentação das suas projeções de **Fluxo de Caixa** que considerou o período de 14 anos. As projeções realizadas foram feitas com base na competência dos exercícios, conforme apresentado a seguir:

QUADRO I

PROJEÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO – 1º ao 4º Ano.

(Médias Mensais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Ano Jul-23/jun-24	2º Ano Jul-24/jun-25	3º Ano Jul-24/jun-26	4º Ano Jul-26/jun-27
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	311.666,67	761.250,00	1.077.708,75	1.590.205,64
Obras Empreitadas	30.000,00	150.000,00	161.452,50	168.717,86
Prestação de Serviços	60.000,00	500.000,00	800.000,00	1.300.000,00
Locação de Máquinas e Equipamentos	180.000,00	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	41.666,67	111.250,00	116.256,25	121.487,78
CUSTO OPERACIONAL DIRETO	95.858,64	511.992,27	646.625,25	954.123,39
Obras Empreitadas	15.583,33	38.062,50	53.885,44	79.510,28
Prestação de Serviços	46.750,00	418.687,50	592.739,81	874.613,10
Locação de Máquinas e Equipamentos	10.908,33	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	22.616,98	55.242,27	-	-
LUCRO BRUTO	215.808,02	249.257,73	431.083,50	636.082,26
DESPESAS OPERACIONAIS	79.163,33	193.357,50	273.738,02	403.912,23
(-) Despesas Administrativas	56.100,00	137.025,00	193.987,58	286.237,02
(-) Despesas Financeiras	9.350,00	22.837,50	32.331,26	47.706,17
(-) Despesas Tributárias	1.246,67	3.045,00	4.310,84	6.360,82
PROVISIONAMENTOS DE IMPOSTOS	12.466,67	30.450,00	43.108,35	63.608,23
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	136.644,69	55.900,23	157.345,48	232.170,02

Fonte: Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro (Item 5.3) - CARAVAGGIO

QUADRO II

PROJEÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO –5º ao 8º Ano (Médias Mensais)

DISCRIMINAÇÃO	5º Ano Jul-27/jun-28	6º Ano Jul-28/jun-29	7º Ano Jul-29/jun-30	8º Ano Jul-30/jun-31
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	1.702.519,90	1.779.133,29	1.859.194,29	1.942.858,03
Obras Empreitadas	176.310,17	184.244,12	192.535,11	201.199,19
Prestação de Serviços	1.399.255,00	1.462.221,48	1.528.021,44	1.596.782,41
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	126.954,73	132.667,69	138.637,74	144.876,44
CUSTO OPERACIONAL DIRETO	1.021.511,94	1.067.479,98	1.115.516,57	1.165.714,82
Obras Empreitadas	85.125,99	88.956,66	92.959,71	97.142,90
Prestação de Serviços	936.385,94	978.523,31	1.022.556,86	1.068.571,92
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	681.007,96	711.653,32	743.677,72	777.143,21
DESPESAS OPERACIONAIS	432.440,05	451.899,86	472.235,35	493.485,94
(-) Despesas Administrativas	306.453,58	320.243,99	334.654,97	349.714,45
(-) Despesas Financeiras	51.075,60	53.374,00	55.775,83	58.285,74
(-) Despesas Tributárias	6.810,08	7.116,53	7.436,78	7.771,43
PROVISIONAMENTOS DE IMPOSTOS	68.100,80	71.165,33	74.367,77	77.714,32
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	248.567,91	259.753,46	271.442,37	283.657,27

Fonte: Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro (Item 5.3) - CARAVAGGIO

QUADRO III

PROJEÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO – 9º ao 12º Ano (Médias Mensais)

DISCRIMINAÇÃO	9º Ano Jul-31/jun-32	10º Ano Jul-32/jun-33	11º Ano Jul-33/jun-34	12º Ano Jul-34/jun-35
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	2.030.286,65	2.121.649,55	2.159.856,48	2.144.126,50
Obras Empreitadas	210.253,15	219.714,54	229.601,70	239.933,78
Prestação de Serviços	1.668.637,61	1.743.726,31	1.822.193,99	1.904.192,72
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	151.395,88	158.208,69	108.060,79	-
CUSTO OPERACIONAL DIRETO	1.218.171,99	1.272.989,73	1.295.913,89	1.286.475,90
Obras Empreitadas	101.514,33	106.082,48	107.992,82	107.206,32
Prestação de Serviços	1.116.657,66	1.166.907,25	1.187.921,06	1.179.269,57
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	812.114,66	848.659,82	863.942,59	857.650,60
DESPESAS OPERACIONAIS	515.692,81	538.898,98	548.603,55	544.608,13
(-) Despesas Administrativas	365.451,60	381.896,92	388.774,17	385.942,77
(-) Despesas Financeiras	60.908,60	63.649,49	64.795,69	64.323,79
(-) Despesas Tributárias	8.121,15	8.486,60	8.639,43	8.576,51
PROVISIONAMENTOS DE IMPOSTOS	81.211,47	84.865,98	86.394,26	85.765,06
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	296.421,85	309.760,83	315.339,05	313.042,47

Fonte: Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro (Item 5.3) - CARAVAGGIO

Durante os trabalhos de análise foi possível constatar que houve a consideração de uma taxa média de crescimento anual da **Receita de 1,5% a 2%** até o **ano de 2024**, percentual considerado conservador por esta Administradora Judicial, sendo que a **Receita Operacional Líquida total** estimada é de **R\$ 24,062 milhão**. Também foi possível avaliar que foi considerada a provisão de impostos incidentes a exemplo de **PIS, COFINS, CSLL, IRPJ** entre outros, totalizando R\$ 1,483 milhão. Ressaltamos que a estrutura do demonstrativo não permitiu que avaliássemos os cálculos ou possíveis reduções na base de cálculo dos impostos de forma detalhada, a exemplo do IRPJ (imposto sobre a renda das pessoas jurídicas) Trimestral e/ou Presumido.

Verificamos que os **Custos Variáveis** aplicáveis à atividade foram considerados com base no

histórico contábil da Recuperanda, também acrescidos de uma taxa média de crescimento de **1,5% a 2%**, totalizando o montante de **R\$ 14,401** milhão ao final do período, gerando, desta forma, um **Lucro Bruto de R\$ 9,660** milhão, equivalente a aproximadamente **40% da Receita Operacional Líquida Total**.

Houve também a consideração adequada das despesas de custeio e pessoal (*Recursos Humanos, Administrativas, etc*) aplicáveis as atividades, no montante de **R\$ 6,111** milhão.

Verificamos os percentuais de deságio e prazos de pagamento aos credores apresentados no **PRJ - Plano de Recuperação Judicial e no Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro da Recuperanda**, verificamos que houve considerações de percentuais na ordem de 70% para os credores das Classes II a IV, conforme apresentado a seguir:

QUADRO IV - Quadro de Credores - Descontos Propostos

Classe	Valor Total do Crédito R\$	%	Desconto R\$	Valor a Pagar R\$
CLASSE I - Credores Trabalhistas	12.196,50	0%	0,00	12.196,50
CLASSE II - Credores com Garantia Real	856.156,55	70%	-770.540,90	85.615,66
CLASSE III - Credores Quirografários	34.009.995,47	70%	-32.309.495,70	1.700.499,77
CLASSE IV - Micro e Pequenas Empresas	1.385.633,86	70%	-1.316.352,17	69.281,69
TOTAL DO PASSIVO	36.263.982,38	95%	-34.396.388,76	1.867.593,62

Fonte: Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro (Item 6) - CARAVAGGIO

Evidenciamos que a Recuperanda previu o pagamento dos créditos quirografários no **Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro** na rubrica **Credores Concursais**, no montante de **R\$ 36,263** milhão, valor esse que considerando a redução de 70% para a **Classes II a IV**, tem um reflexo no fluxo de caixa projetado no montante de **R\$ 1,867** milhão.

2.2.2 LAUDO DE AVALIAÇÃO

Evidenciamos que foi considerado o trabalho de avaliação dos bens móveis e imóveis da Recuperanda, mediante a consideração de Laudo de Avaliação de Bens e Ativos apresentado pela Recuperanda e juntado no processo, conforme a seguinte estrutura:

- **ANEXO III - LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLOGICA IMÓVEIS:** Imóvel Sede da Empresa; Imóvel Assis Chateaubriand – Lote 51-A/I e 52 A/I; Imóvel Assis Chateaubriand – Lote 1013 e 447; Imóvel – Chácara São Domingos e Imóvel – Chácara Rio Cascavel – GN Gestão de Negócios Imobiliários (CRECI/06861/PR) emitido em Janeiro/2023 no montante de R\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil reais).
- **ANEXO IV LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** – VIANMAQ Equipamentos Ltda (CNPJ 01.631.022/0004-65) emitido em janeiro/2023 no montante de R\$ 4.125.000,00 (Quatro milhões, cento e vinte e cinco mil reais).
- **ANEXO V LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA ÔNIBUS E CAMINHÕES** – Raphael Rodrigues Santos (CNPJ 42.088.244/0001-18) emitido em janeiro/2023 no montante de R\$ 1.720.043,00 (Um milhão, setecentos e vinte mil e quarenta e três reais).

- **ANEXO VI LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE VEÍCULOS LEVES** - LA G Servilheire Repasses Cascavel (CNPJ 47.747.691/0001-55) emitido em janeiro/2023 no montante de R\$ 142.250,00 (Cento e Quarenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais).

Os valores apurados foram devidamente considerados no PRJ e Laudo de Avaliação Econômico e Financeiro conforme inicialmente mencionado, que compõem o montante de **R\$ 32.298.748,88** (Trinta e dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos), conforme apresentado a seguir:

QUADRO VI
POSIÇÃO PATRIMONIAL

BENS E DIREITOS PATRIMONIAIS	VALORES EM R\$
ESTOQUES (a)	9.289.495,88
Loteamento Fariz Gebrim 266 Lotes	9.289.495,88
IMÓVEIS (b)	17.021.960,00
Sede da Empresa – Cascavel/PR	1.260.000,00
Lotes 51-A/I e 52-A/I – Assis Chateaubriand/PR	1.479.000,00
Lotes 1013 e 447 – Assis Chateaubriand/PR	1.320.000,00
Chácara São Domingos – Cascavel/PR	1.811.000,00
Chácara Rio Cascavel – Cascavel/PR	12.962.960,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS (c)	4.125.000,00
CAMINHÕES E ÔNIBUS (d)	1.720.043,00
VEÍCULOS LEVES (e)	142.250,00
TOTAL	32.298.748,88

(a) Valores obtidos no Balanço Patrimonial de 31/12/2022.

(b) ANEXO III - Laudos de Avaliação Mercadológica.

(c) ANEXO IV - Laudos de Avaliação Mercadológica – Máquinas e Equipamentos.

(d) ANEXO V – Laudos de Avaliação Mercadológica – Caminhões e Ônibus.

(e) ANEXO VI – Laudos de Avaliação Mercadológica – Veículos Leves.

FONTE: Balanço Patrimonial e Laudos de Avaliação.

2.2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos que o plano de Recuperação Judicial apresentado pela empresa **CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA** aborda todos os dados e análises necessárias e que propiciaram uma adequada projeção dos resultados para o período proposto (14 anos) e consideramos que para fins da análise pretendida os valores apresentados estão adequados e permitem a avaliação da geração de caixa da Recuperanda ao longo do período proposto. Desta forma, este Perito conclui que os documentos juntados pela Reuperanda no presente processo se encontram em conformidade as determinações da LRF.

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou no item 4 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005, subdividido em três tópicos, nos termos expostos infra:

- Área Administrativa:
 - a) Revitalizar o Departamento Comercial, de forma que consiga readquirir a dinâmica do passado;
 - b) ampliar a delegação de competências, que atualmente estão acumuladas no sócio com maior participação no capital social;
 - c) Reduzir a atual sobrecarga de atribuições centralizadas no Diretor Geral;
 - d) Implantar sistema de informações gerencias que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene;
- Área Financeira e econômica
 - a) definir novas condições para o pagamento de seu endividamento;
 - b) restabelecer sua capacidade de compra de materiais e insumos;
 - c) redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros;
 - d) determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa;

Visto isso, após análise por esta Administradora Judicial das cláusulas acima expostas, constata-se que todas as medidas recuperacionais supracitadas estão em conformidade com o que dispõe a Lei 11.101/2005.

2.4 DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

No presente caso não há consolidação processual e tampouco substancial, tendo em vista que o polo ativo da Recuperação Judicial é composto tão somente por uma sociedade empresaria.

2.5 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Conforme previsão da Cláusula 4, as medidas/meios de recuperação- ora elencadas no tópico supra (2.3- Resumo Dos Meios de Recuperação) -, principalmente no que tange as medidas relacionadas a Reorganização Administrativa, já estão em implementação.



2.6 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

O PRJ não estabeleceu uma cláusula geral para pagamento dos credores que, em que pese sujeitos a Recuperação Judicial, ainda não foram incluídos no quadro geral de credores, todavia, pertinente aos créditos trabalhistas que demandam quantia ilíquida, fora informado na cláusula 6.2.1.2 que estes foram considerados quando da projeção do fluxo de caixa futuro para fins de pagamento do PRJ.

Em melhores termos, o PRJ informou que haverá provisionamento de valores para o contingente trabalhista que virá a ser incluído na Recuperação Judicial.

2.7 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em sua cláusula 6.5, o Plano de soerguimento prevê o pagamento de credores não concursais, dentre os quais, o crédito tributário, credores com reserva de domínio e alienações fiduciárias. Nesse sentido, o PRJ informa que haverá provisionamento de valores na projeção do fluxo em atenção aos valores oriundos destes créditos não sujeitos a Recuperação Judicial.

2.8 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

O Plano de Recuperação Judicial apresentado, em suas cláusulas “6.2.2, VI, 6.2.3, VI e 6.3.3.2 VI”, estabelece que em razão da novação em caso de eventual aprovação e homologação do PRJ, as garantias reais, cambiais ou fidejussórias prestadas pelos terceiros devedores solidários ou coobrigados serão suprimidas.

3

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 178.2 dos autos recuperacionais, apresenta-se, na sequência, uma síntese da forma de pagamento proposta, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Parcela Inicial	Carência (Exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Até 5 salários-mínimos	Em até 30 dias a contar da aprovação do plano de recuperação Judicial	Não foi estabelecido carência para início dos pagamentos.	O PRJ dispõe que os credores serão pagos em até 30 dias contados da aprovação do plano de recuperação judicial	-	-
	Acima de 5 salários-mínimos	Em até um ano da aprovação do plano de recuperação Judicial	Não foi estabelecido carência para início dos pagamentos.	O PRJ não dispõe que os credores serão pagos em até 1 (um) ano da aprovação do plano de recuperação judicial	-	-
	Acima de 150 salários-mínimos	Último dia útil do 25º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	24 (vinte e quatro) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas	TR (Taxa referencial), a incidir da data do pedido de Recuperação Judicial em 17/11/2022	70 % (setenta por cento)
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	Último dia útil do 25º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	24 (vinte e quatro) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais consecutivas	TR (Taxa referencial), a incidir da data do pedido de Recuperação Judicial em 17/11/2022	70 % (setenta por cento)
Classe III Créditos Quirografários	Instituições financeiras	Último dia útil do 25º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	24 (vinte e quatro) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais consecutivas	TR (Taxa referencial), a incidir da data do pedido de Recuperação Judicial em 17/11/2022	70 % (setenta por cento)
	Fornecedores até R\$ 3.000,00	Último dia útil do 13º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	24 (vinte e quatro) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas	TR (Taxa referencial), a incidir da data do pedido de Recuperação Judicial em 17/11/2022	70 % (setenta por cento)
	Fornecedores acima de R\$ 3.000,00	Último dia útil do 25º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	24 (vinte e quatro) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais consecutivas	TR (Taxa referencial), a incidir da data do pedido de Recuperação Judicial em 17/11/2022	70 % (setenta por cento)



Classe	Subclasse	Parcela Inicial	Carência (Exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe IV Créditos ME / EPP	Até R\$ 3.000,00	Último dia útil do 13º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	18 (dezoito) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	12 (doze) parcelas mensais consecutivas	TR (Taxa referencial), a incidir da data do pedido de Recuperação Judicial em 17/11/2022	50 % (cinquenta por cento)
	Acima de R\$ 3.000,00	Último dia útil do 25º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	24 (vinte e quatro) parcelas mensais a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ	120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas	TR (Taxa referencial)	70 % (setenta por cento)

Fonte: Plano de Recuperação Judicial (fls. 14-16)

3.2 CREDORES COLABORADORES

O Plano de Recuperação Judicial em análise não prevê proposta de pagamento à credores colaboradores.



4

ALIENAÇÃO DE ATIVOS



4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

Na cláusula 6, o Plano de Recuperação Judicial prevê a possibilidade de alienação/venda de veículos, máquinas e equipamentos indicados nos Anexos IV, V e V do Plano de Recuperação Judicial.

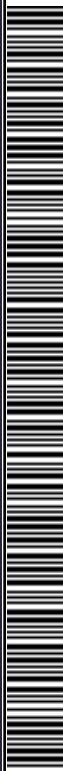
4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

O PRJ não especifica como será feita a alienação dos bens, quicá a destinação do produto destas alienações.



5

**INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS
CONFLITANTES COM A LEI
11.101/2005**



5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI 11.101/2005

• Cláusulas “6.2.2, VI, 6.2.3, VI e 6.3.3.2 VI-Garantias”:

Na cláusula em comento foi estabelecido que, com a homologação do PRJ viria a ocorrer a extinção de todas as garantias, sejam reais ou fidejussórias prestadas originalmente pela Recuperanda ou seus sócios/coobrigados. Sobre o tema, em que pese a possibilidade de adesão das disposições por determinados credores, o artigo 59 da LREF é translúcido ao estabelecer que a novação oriunda da concessão da Recuperação Judicial não irá afetar as garantias eventualmente prestadas, não havendo óbice, contudo, do credor titular da garantia concordar expressamente com a supressão da mesma.

Não se olvida a divergência jurisprudencial que permeia o tema, entretanto, em atenção a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no tema 885¹, que deu origem a súmula 581², bem como em atenção as recentes decisões da mesma corte³, ao ver desta Administradora Judicial o PRJ pode dispor sobre eventual supressão de garantias prestadas, contudo, tal disposição específica só terá eficácia em face daqueles credores que aderirem ao plano sem apresentarem eventuais ressalvas quanto a supressão/extinção das garantias.

Nestas considerações, prima oculi, o entendimento desta Administradora Judicial é no sentido de que a cláusula em exame é parcialmente nula ao sujeitar todos os credores a seu crivo, pois, em que pese a extinção/supressão de garantias seja um direito disponível do credor, este último deve expressar sua concordância expressa com tal disposição do PRJ para que esta venha a ter eficácia perante si, não sendo o caso de impor a todos os credores de forma indistinta em eventual concessão da Recuperação Judicial.

¹ A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005.

² A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

³ REsp 1.794.209 e REsp 1.885.536



6

**CONDUTAS PREVISTAS PELO
ART. 64 DA LEI 11.101/2005**



6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do art. 64 da Lei 11.101/2005.





GLOSSÁRIO



GLOSSÁRIO

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperanda – Caravaggio
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

